



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

10.369/16-VB

PETIÇÃO Nº 9.815/DF

REQUERENTE: CHEVRON CORPORATION

REQUERIDO : MARIA AGUINDA SALAZAR E OUTROS

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO – CORTE ESPECIAL

PARECER

- Petição requerendo a revogação do benefício de gratuidade da justiça deferido nos autos da SEC nº 8.542/EC.

- Os Requeridos não lograram comprovar que o benefício de gratuidade da justiça foi realmente concedido pela Justiça Equatoriana no processo em que proferida a sentença apresentada no Brasil para homologação. Assim, a eles não pode ser aplicado o art. 5º da Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros (promulgada no Brasil pelo Decreto nº 2.411/1997), segundo o qual “*O benefício de justiça gratuita reconhecido no Estado de origem da sentença será mantido no de sua apresentação*”. Ademais, a concessão do benefício de gratuidade da justiça nos autos da SEC nº 8.542/EC não pode ser analisada sob a ótica da Lei nº 1.060/1950, vigente à época em que requerida a benesse, pois a norma disposta em seu art. 2º restringia o benefício aos estrangeiros residentes no país. Finalmente, conquanto a gratuidade da justiça seja atualmente disciplinada pela Lei nº 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), que possibilita sua concessão aos estrangeiros não residentes no Brasil, cumpre lembrar que, tratando-se de benefício jurídico de natureza material, não se lhe pode aplicar a novel legislação vigente, que só incide imediatamente aos processos em andamento para as questões de natureza processual. Portanto, sob qualquer prisma que se analise a questão, infere-se que os ora Requeridos não poderiam ter sido agraciados com o

DIANA M.
Tradutora P.
Mat. Tº XIX Fº
Tradutora E.
Mat Tº XFº 06
Inscrip. C.T.P

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

2

benefício de gratuidade da justiça deferido nos autos da SEC nº 8.542/EC.

- Parecer pelo deferimento do presente pleito de revogação do benefício de gratuidade da justiça.

I

A ESPÉCIE:

01. Trata-se de petição apresentada por CHEVRON CORPORATION, com fundamento no art. 4º, § 2º, da Lei nº 1.060/1950, à ilustrada Presidência dessa Superior Casa de Justiça, impugnando a concessão e requerendo a revogação do benefício de gratuidade da justiça deferido nos autos da Sentença Estrangeira Contestada nº 8.542/EC.

02. Como causa de pedir, a Requerente alega que:

a) *“na qualidade de estrangeiros não residentes no Brasil, os Impugnados não fazem jus ao benefício de gratuidade de justiça previsto na Lei nº 1.060/50”* (fl. e-STJ 4);

b) *“Não há, em síntese, razão alguma para conceder aos Impugnados, financiados por variadas fontes, as quais possuem toda a condição de arcar com os custos dessa demanda, os benefícios da justiça gratuita”* (fl. e-STJ 12);

c) *“A contratação de advogados privados de reconhecida competência, somada ao enorme volume de recursos financeiros que tem sido jorrado na ação pelos interessados em um quinhão da astronômica condenação, contradiz o discurso de miserabilidade invocado pelos Impugnados para obtenção dos benefícios da Lei nº 1.060/50”* (fls. e-STJ 13/14);

d) *“Esse ciclo de inverdades e demagogia – evidenciado pelas decisões de diversos tribunais norte-americanos e por um Tribunal Arbitral de Haia – se fecha quando cotejados o relato dos fatos feito na petição inicial e os acontecimentos que tiveram lugar na Ação de Lago Agrio que resultou na sentença objeto desse pedido de homologação, onde, esclareça-se desde já, os Impugnados jamais requereram o benefício da gratuidade de justiça, porque eles tinham recursos suficientes para pagar as expressivas despesas que resultaram na Ação de Lago Agrio”* (fls. e-STJ 14/15);

e) *“Ora, se na ação originária os Impugnados não postularam o benefício que a lei local lhes assegurava (ao contrário, arcaram com pesados custos do processo), parece evidente que a pretensão de se verem livres dos custos deste processo explica-se tão somente pelo receio de enfrentar as naturais consequências econômicas advindas no caso da sucumbência”* (fl. e-STJ 17);

PARECER Nº 10369-16-VB.odt

Petição Eletrônica juntada ao processo em 05/10/2016 às 17:14:30 pelo usuário: GUSTAVO TARGA BORGES

Documento eletrônico e-Pet nº 1975761 com assinatura digital
Signatário(a): MAURICIO VIEIRA BRACKS NºSérie Certificado: 7078907703374795125
Id Carimbo do Tempo: 2083780 Data e Hora: 05/10/2016 16:29:48hs

Documento assinado via Token digitalmente por MAURICIO VIEIRA BRACKS, em 05/10/2016 16:29. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/atuacao-funcional/consulta-judicial-e-extrajudicial> informando o código CAF81143.ED445A06.615B460C.4F37723B

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

3

f) “O artil descrito acima fica evidente diante do valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) que os Impugnados atribuíram à causa, embora o benefício econômico pretendido com a homologação da sentença seja superior a US\$ 18 bilhões (dezoito bilhões de dólares)” (fl. e-STJ 18).

03. No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, autuado o feito e conclusos os autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente, Sua Excelência, por intermédio do r. despacho de fl. e-STJ 893, determinou a redistribuição dos autos, tendo em vista que “A ação principal que deu origem à presente impugnação ao benefício da assistência judiciária, gratuita, qual seja, a SE nº 8.542-EC, foi distribuída à em. Min. Nancy Andrichi, com base no art. 9º, § 1º da Resolução nº 9, do Superior Tribunal de Justiça.”

04. Redistribuídos os autos (fl. e-STJ 901), a Requerente postulou (fls. e-STJ 950/958) a juntada de novos documentos (fls. e-STJ 959/1.317). Conclusos os autos à eminente Ministra NANCY ANDRIGHI, foram eles remetidos para nova atribuição, devido ao fato de Sua Excelência haver se tornado Corregedora Nacional de Justiça (fl. e-STJ 1.319). Em sequência, atribuídos os autos ao ilustre Ministro FELIX FISCHER (fl. e-STJ 1.321), uma vez mais a Requerente pleiteou (fls. e-STJ 1.324/1.332) a juntada de novos documentos (fls. e-STJ 1.333/1.910). Em seguida, o eminente Ministro Relator determinou a intimação dos “impugnados para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem acerca do presente pleito” (fl. e-STJ 1.913).

05. Regularmente intimados, os Requeridos ofereceram a resposta de fls. e-STJ 1.920/1.931, instruída pelos documentos de fls. e-STJ 1.932/2.285, mediante a qual alegam, em suma, que, conquanto não sejam nacionais nem estrangeiros residentes no país e, portanto, não se enquadrem na Lei nº 1.060/1950, tal fato “não impede que a eles seja concedida a gratuidade de justiça” (fl. e-STJ 1.925). Isso porque, “nos termos do art. 5º da Convenção Interamericana Sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros, ratificada tanto pelo Brasil quanto pelo Equador, ‘o benefício de justiça gratuita reconhecido no Estado de origem da sentença será mantido no de sua apresentação’” (fl. e-STJ 1.925). Assim, argumentam que “é falsa a afirmação de que os

PARECER Nº 10369-16-VB.odt

AYDEE CALFA
 Tradutora
 Pública de Português
 296 Capital Federal
 Pública de Inglês
 4 Capital Federal
 C.B.A. N° 2709

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

4

impugnados jamais formularam pedido de gratuidade de justiça no país de origem, e é igualmente falsa a afirmação de que o referido benefício não foi concedido pela justiça equatoriana” (fls. e-STJ 1.926/1.927), haja vista “a decisão equatoriana proferida em 15.10.12” (fl. e-STJ 1.926), decorrente de “expresso pedido formulado pelos impugnados no processo de origem” (fl. e-STJ 1.926), na qual a Autoridade Julgadora declarou que “neste processo de execução não se exigiu dos demandantes o pagamento de valor, taxa, penhora ou qualquer garantia” (fl. e-STJ 1.926).

DIANA
 Tradutor
 Mat. 7º Xi
 Tradutor
 Mat 7º Xi
 Inscrip. (

06. Conclusos os autos, o eminente Ministro FELIX FISCHER determinou a intimação dos “*impugnados para que apresentem, no prazo legal, o original ou cópia autenticada da decisão que deferiu o pedido de gratuidade da justiça no processo de origem, que deverá vir acompanhada de chancela consular brasileira e tradução realizada por profissional juramentado no Brasil*” (fl. e-STJ 2.288).

07. Em manifestação à resposta apresentada pelos Requeridos às fls. e-STJ 1.920/1.931, a Requerente apresentou a petição de fls. e-STJ 2.290/2.313, por meio da qual argumentou, em síntese, *verbis*:

a) “*Na petição inicial da SEC n° 8542/EC, os Impugnados requereram os benefícios da assistência judiciária gratuita com base apenas no artigo 3° da Lei n° 1.060/50, o que foi concedido, sem audiência da CHEVRON CORPORATION, por esse E. STJ. À época, os Impugnados não se basearam, ou sequer mencionaram, a Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros (‘Convenção’), ora suscitada*” (fl. e-STJ 2.296);

b) “*Na resposta e-STJ fls. 1.920/1.931, os Impugnados admitiram que ‘não se enquadram nos possíveis beneficiários’ da Lei n° 1.060/50 por não serem nacionais ou estrangeiros residentes no Brasil (e-STJ fl. 1.925)*” (fl. e-STJ 2.296);

c) “*Não obstante, os Impugnados buscam a manutenção do benefício de assistência judiciária gratuita no Brasil por fundamento diverso daquele pelo qual foi requerido (com base em alegações falsas) e concedido. Os Impugnados alegam ter sido beneficiados com a assistência judiciária gratuita no Equador com base em uma decisão proferida em 15.10.2012 (‘Decisão Equatoriana de Arresto’), e que o Brasil deveria conceder o mesmo benefício neste país, com base no artigo 5° da Convenção*” (fls. e-STJ 2.296/2.297); todavia, tal dispositivo não pode ser aplicado aos Requeridos;

PARECER N° 10369-16-VB.odt

Petição Eletrônica juntada ao processo em 05/10/2016 às 17:14:30 pelo usuário: GUSTAVO TARGA BORGES

Documento eletrônico e-Pet n° 1975761 com assinatura digital
 Signatário(a): MAURICIO VIEIRA BRACKS N° Série Certificado: 7078907703374795125
 Id Carimbo do Tempo: 2083780 Data e Hora: 05/10/2016 16:29:48hs

Documento assinado via Token digitalmente por MAURICIO VIEIRA BRACKS, em 05/10/2016 16:29. Para verificar a assinatura acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/atuacao-funcional/consulta-judicial-e-extrajudicial> informando o código CAF81143.ED445A06.615E460C.4F37723B

d) *“Primeiro, a Decisão Equatoriana de Arresto que, segundo os Impugnados, supostamente teria concedido o benefício da assistência judiciária gratuita no Equador foi proferida em 15.10.2012. A SEC nº 8542/EC foi ajuizada muito antes, em 27.6.2012. Ou seja, ao requerer o benefício da assistência judiciária gratuita na SEC nº 8542/EC, os Impugnados sequer tinham como fundamentá-lo na Convenção. Invocaram tão somente a Lei nº 1.060/50, que, como admitido pelos próprios Impugnados, a eles não se aplica”* (fl. e-STJ 2.297);

e) *“Segundo, a Decisão Equatoriana de Arresto foi proferida em procedimento com o objetivo de executar a Sentença Equatoriana, sendo que para a Ação de Lago Agrio, os Impugnados teriam que ter requerido o benefício da assistência judiciária gratuita antes de apresentarem a petição inicial em 2003, o que não foi feito. Como resultado, a Decisão Equatoriana de Arresto é irrelevante para determinar se os Impugnados foram beneficiados com a assistência judiciária gratuita na Ação de Lago Agrio, na qual foi proferida a Sentença Equatoriana. Logo, a sua importação, por equivalência, para o procedimento de homologação no Brasil, não é possível”* (fl. e-STJ 2.297);

f) *“Terceiro, os Impugnados não requereram ou foram agraciados com o benefício de assistência judiciária gratuita no Equador, razão pela qual a Convenção não determina que o Brasil estenda aquele benefício aos Impugnados na SEC nº 8542. A própria Decisão Equatoriana de Arresto contradiz as alegações dos Impugnados e demonstra que eles tentaram enganar o E. STJ ao confundir o conceito de benefício da assistência judiciária gratuita com o fato de que todos os autores no Equador têm acesso à justiça gratuita. Como se verifica da tradução livre em e-STJ fl. 1.926, a Decisão Equatoriana de Arresto prevê que ‘a Constituição de 2008 afirma a gratuidade de justiça no Equador (art. 75)’ (e-STJ fl. 1.926). A Decisão Equatoriana de Arresto também esclarece que isso só se aplicaria aos procedimentos para execução da sentença da Ação de Lago Agrio, e não para a própria Ação de Lago Agrio que a antecedeu e resultou na Sentença Equatoriana: ‘neste processo de execução não se exigiu dos demandantes [Impugnados] o pagamento de valor, taxa, penhora ou qualquer garantia’. Ou seja, os Impugnados não tiveram que pagar custas e despesas para executar a Sentença Equatoriana no Equador. Mas essa circunstância não tem absolutamente qualquer relação com o deferimento ou não do benefício de assistência judiciária gratuita no Equador, muito menos com a sua pretendida aplicação por equivalência no Brasil”* (fls. e-STJ 2.297/2.298);

g) *“Quarto, independentemente da história que os Impugnados fantasiarem, há provas incontroversas de que eles pagaram as custas judiciais nos autos da ação equatoriana, incluindo (i) a taxa judicial de US\$ 50; e (ii) honorários periciais oficiais de US\$ 420.488,00 [fls. e-STJ 1.308/1.317], como informado em Juízo pelo próprio Sr. Pablo Fajardo, advogado equatoriano dos Impugnados que subscreveu o instrumento de mandato de e-STJ fls. 1.932/1.943 e 2.096/2.121”* (fl. e-STJ 2.299).

PARECER Nº 10369-16-VB.odt

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

6

08. Às fls. e-STJ 2.475/2.476, os Requeridos responderam ao despacho de fl. e-STJ 2.288, solicitando dilação de prazo para o seu cumprimento, o que foi deferido por intermédio do despacho de fl. e-STJ 2.480.

09. Nesse ínterim, certificou-se “que, em 15 de maio de 2015, nos autos da Sentença Estrangeira Constatada n. 8542 (ação principal), o Excelentíssimo Senhor Ministro Felix Fischer proferiu despacho, cuja cópia junto em anexo, declarando-se suspeito para atuar naquele feito, motivo pelo qual os presentes autos serão encaminhados para redistribuição” (fl. e-STJ 2.483). Em sequência, os autos foram redistribuídos à ilustrada relatoria do eminente Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, que, à fl. e-STJ 2.490, determinou o cumprimento do despacho de fl. e-STJ 2.480. Nada obstante, os Requeridos requereram novo prazo adicional (fl. e-STJ 2.494), que foi deferido pelo despacho de fl. e-STJ 2.504.

10. Esgotado o prazo adicional, os Requeridos solicitaram “a concessão de um derradeiro prazo adicional de trinta dias para cumprimento da decisão de fls. 2.228 [rectius, 2.288]” (fl. e-STJ 2.509). Todavia, desta vez, a Requerente peticionou pela “pronta rejeição do pedido dos Impugnados por uma terceira dilação no prazo – que já totaliza 125 dias – para a apresentação de via consularizada e traduzida de documento que estava disponível aos Impugnados a partir de 15.10.2012” (fl. e-STJ 2.513). Conclusos os autos, o eminente Ministro Relator, à fl. e-STJ 2.521, indeferiu “o pleito de fls. 2.508-2.509, determinando a juntada da aludida documentação em 5 dias”, devido ao “transcurso de mais de 60 dias desde o último pedido de prorrogação do prazo para apresentação dos documentos referentes à concessão da gratuidade de justiça por mais 30 dias”. Em cumprimento, os Requeridos protocolaram quatro petições idênticas (fls. e-STJ 2.525/2.526, 2.688/2.689, 2.851/2.852 e 3.014/3.015), requerendo a juntada da mesma documentação (fls. e-STJ 2.527/2.687, 2.690/2.850, 2.853/3.013 e 3.016/3.176) que instrui cada uma delas.

PARECER Nº 10369-16-VB.odt

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

7

11. A Requerente manifestou-se às fls. e-STJ 3.180/3.198 sobre os documentos apresentados pelos Requeridos, reiterando, basicamente, os argumentos já apresentados em sua petição de fls. E-STJ 2.290/2.313, e, bem assim, trazendo os documentos de fls. e-STJ 3.204/3.402.

12. Conclusos os autos, o ilustre Ministro Relator determinou a abertura de vista ao Ministério Público Federal (fl. e-STJ 3.404).

II

O PARECER:

13. Instado a se manifestar, e ciente da questão trazida a juízo, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL preliminarmente opina pelo processamento da presente petição, porque satisfeitos se apresentam os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do respectivo processo.

14. Com efeito, o benefício de gratuidade da justiça passou a ser disciplinado também pela Lei nº 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), que, mediante revogação expressa dos arts. 2º, 3º, 4º, 6º, 7º, 11, 12 e 17, todos da Lei nº 1.060/1950 (art. 1.072, III, do CPC/2015), tratou do tema de forma quase exaustiva na Seção IV (“Da Gratuidade da Justiça”, arts. 98 a 102), do Capítulo II, do Título I, do Livro III, de sua Parte Geral. No que importa ao presente processo, Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery lecionam que “*A redação original do dispositivo sobre gratuidade de justiça do Projeto enviado pelo Senado à Câmara previa que a assistência jurídica integral seria direito de todos aqueles que residem no Brasil e não apenas aos brasileiros (CF 5.º LXXIV)*”¹. Todavia, os autores advertem que a redação final do art. 98, *caput*, do CPC/2015, “*não faz essa distinção, dando a entender que todo aquele que tiver*

¹ Nery Júnior, Nelson; Nery, Rosa Maria de Andrade. **Comentários ao Código de Processo Civil** / Nelson Nery Júnior, Rosa Maria de Andrade Nery. - 2ª tiragem - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015 - p. 472, art. 98, nota 6.

PARECER Nº 10369-16-VB.odt

DIAN,
Traducto
Mat. 7º X;
Traduc
Mat 7º X
Inscrip.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

8

*necessidade de estar em juízo no Brasil pode se beneficiar da gratuidade da justiça*². Ou seja, a Lei nº 13.105/2015 pôs fim à limitação antes existente no art. 2º, *caput*, da Lei nº 1.060/1950, que restringia o benefício de gratuidade da justiça ao estrangeiro residente no país. Mantendo a harmonia e a integridade sistêmica, a norma do art. 26, II, do CPC/2015, dispõe que “*A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará (...) a igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, residentes ou não no Brasil, em relação ao acesso à justiça e à tramitação dos processos, assegurando-se assistência judiciária aos necessitados*” (sem grifos no original).

15. Nada obstante, conquanto a nova legislação possibilite a concessão do benefício de gratuidade da justiça aos estrangeiros não residentes no Brasil, não se pode olvidar que tal benefício “*possui natureza híbrida (caráter material-processual)*”³, pois, “*Malgrado o deferimento da benesse esteja vinculada a um processo judicial, encontra-se inserido no conceito de assistência jurídica integral e gratuita, direito subjetivo insculpido no artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, tendo como objetivo garantir o acesso dos mais desfavorecidos à prestação da efetiva tutela jurisdicional*”⁴. Assim, é inegável que “*a controvérsia acerca da concessão do benefício da justiça gratuita atinge a esfera jurídico-material da parte, não se tratando de instituto que se restringe à questão meramente instrumental ou adjetiva*”⁵. Portanto, tratando-se de norma instituidora de benefício jurídico de natureza material, tal como efetivamente o é o benefício da gratuidade de justiça, sem dúvida não se pode aplicar ao presente caso a novel legislação vigente, que só incide imediatamente aos processos em andamento para as questões de natureza processual. Vale dizer, por outras palavras, que, ao caso vertente, não podem ser aplicadas as novas normas disciplinadoras da gratuidade judiciária veiculadas pela Lei nº 13.105/2015, sobretudo porque o pedido de concessão do benefício foi formulado sob a égide da legislação pretérita, antes do início da vigência do Novo Código de Processo Civil.

² Ibidem.

³ Rcl 4909/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/6/2011, DJe de 30/6/2011.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

PARECER Nº 10369-16-VB.odt

16. Fixada a premissa de que a controvérsia deve ser decidida com esteio na legislação vigente à época em que requerido o benefício de gratuidade da justiça, cumpre assinalar ser fato incontroverso que os ora Requeridos, Requerentes nos autos da SEC nº 8.542/EC, não são nacionais ou estrangeiros residentes no país, ponto em que ambas as partes não divergem. Consequentemente, a concessão do benefício de gratuidade da justiça naqueles autos não pode ser analisada sob a ótica da Lei nº 1.060/1950, que restringia a benesse aos estrangeiros residentes no país, mas sim pelo prisma da Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros (promulgada no Brasil pelo Decreto nº 2.411/1997), cujo art. 5º prevê que “*O benefício de justiça gratuita reconhecido no Estado de origem da sentença será mantido no de sua apresentação*”. Desse modo, para a solução da controvérsia, impende verificar se o benefício de gratuidade da justiça foi realmente concedido pela Justiça Equatoriana no processo em que proferida a sentença apresentada no Brasil para homologação.

17. Nesse particular aspecto, os Requeridos defendem que “*a decisão equatoriana proferida em 15.10.12*” (fl. e-STJ 1.926), decorrente de “*expresso pedido formulado pelos impugnados no processo de origem*” (fl. e-STJ 1.926), configura o ato de concessão do benefício, haja vista a declaração da Autoridade Julgadora de que “*neste processo de execução não se exigiu dos demandantes o pagamento de valor, taxa, penhora ou qualquer garantia*” (fl. e-STJ 1.926). Todavia, malgrado os esforços argumentativos dos Requeridos, alguns fatos apontados pela Requerente afiguram-se irrefutáveis – e, talvez exatamente por isso, não foram negados pela parte contrária: i) “*a Decisão Equatoriana de Arresto que, segundo os Impugnados, supostamente teria concedido o benefício da assistência judiciária gratuita no Equador foi proferida em 15.10.2012*” (fl. e-STJ 2.297), porém “*A SEC nº 8542/EC foi ajuizada muito antes, em 27.6.2012*” (fl. e-STJ 2.297), donde se conclui que, “*ao requerer o benefício da assistência judiciária gratuita na SEC nº 8542/EC, os Impugnados sequer tinham como fundamentá-lo na Convenção*” (fl. e-STJ 2.297); ii) “*a Decisão Equatoriana de Arresto foi proferida em procedimento com o objetivo de executar a Sentença Equatoriana, sendo que para a Ação*

PARECER Nº 10369-16-VB.odt

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

10

de Lago Agrio, os Impugnados teriam que ter requerido o benefício da assistência judiciária gratuita antes de apresentarem a petição inicial em 2003, o que não foi feito” (fl. e-STJ 2.297), razão pela qual “a Decisão Equatoriana de Arresto é irrelevante para determinar se os Impugnados foram beneficiados com a assistência judiciária gratuita na Ação de Lago Agrio, na qual foi proferida a Sentença Equatoriana [homologanda]” (fl. e-STJ 2.297); iii) “a Decisão Equatoriana de Arresto prevê que ‘a Constituição de 2008 afirma a gratuidade de justiça no Equador (art. 75)’ (e-STJ fl. 1.926)” (fl. e-STJ 2.298), mas a decisão “também esclarece que isso só se aplicaria aos procedimentos para execução da sentença da Ação de Lago Agrio, e não para a própria Ação de Lago Agrio que a antecedeu e resultou na Sentença Equatoriana: ‘neste processo de execução não se exigiu dos demandantes [Impugnados] o pagamento de valor, taxa, penhora ou qualquer garantia” (fl. e-STJ 2.298), porém, “essa circunstância não tem absolutamente qualquer relação com o deferimento ou não do benefício de assistência judiciária gratuita no Equador, muito menos com a sua pretendida aplicação por equivalência no Brasil” (fl. e-STJ 2.298); iv) os ora Requeridos “pagaram as custas judiciais nos autos da ação equatoriana, incluindo (i) a taxa judicial de US\$ 50; e (ii) honorários periciais oficiais de US\$ 420.488,00 [fls. e-STJ 1.308/1.317], como informado em Juízo pelo próprio Sr. Pablo Fajardo, advogado equatoriano dos Impugnados que subscreveu o instrumento de mandato de e-STJ fls. 1.932/1.943 e 2.096/2.121” (fl. e-STJ 2.299).

18. Como se depreende, os Requeridos não lograram comprovar que o benefício de gratuidade da justiça, realmente foi concedido pela Justiça Equatoriana no processo em que proferida a sentença apresentada no Brasil para homologação. Assim, a eles não pode ser aplicado o art. 5º da Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros (promulgada no Brasil pelo Decreto nº 2.411/1997), segundo o qual “O benefício de justiça gratuita reconhecido no Estado de origem da sentença será mantido no de sua apresentação”. Ademais, como já visto, a concessão do benefício de gratuidade da justiça nos autos da SEC nº 8.542/EC não pode ser analisada sob a ótica da Lei nº 1.060/1950, vigente à época em que requerida a benesse, pois o seu art. 2º restringia o benefício aos estrangeiros residentes no país.

PARECER Nº 10369-16-VB.odt

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

11

Finalmente, conquanto a gratuidade da justiça seja atualmente disciplinada pela Lei nº 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), que possibilita a concessão desse benefício aos estrangeiros não residentes no Brasil, não se pode olvidar que, tratando-se de temática de natureza material, não se pode aplicar a novel legislação vigente, que só incide imediatamente aos processos em andamento para as questões de natureza processual. Portanto, sob qualquer prisma que se analise a questão, infere-se que os ora Requeridos não poderiam ter sido agraciados com o benefício de gratuidade da justiça deferido nos autos da SEC nº 8.542/EC.

19. Pelas razões expostas, e ao lume dos excertos doutrinários e do precedente transcritos, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL conclusivamente opina pelo deferimento do presente pedido de revogação do benefício de gratuidade da justiça.

É o parecer, s. m. j.
Brasília, 05 de outubro de 2016

MAURICIO VIEIRA BRACKS
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PARECER Nº 10369-16-VB.odt

Documento eletrônico e-Pet nº 1975761 com assinatura digital
Signatário(a): MAURICIO VIEIRA BRACKS NºSérie Certificado: 7078907703374795125
Id Carimbo de Tempo: 2083780 Data e Hora: 05/10/2016 16:29:46hs

DALFA
ortugués
Federal
Inglés
Federal
° 2709

DIANA H.
Traductora I
Mat. T° XIX F
Traductora
Mat T° X F° U
Inscrip. C.T

TRADUCCIÓN PÚBLICA

Supremo Tribunal de Justicia (STJ) – Petición electrónica (ParMPF) 00500210/2016 recibida el 05/10/2016, a las 16:29:48

(e-STJ fs. 3.407 a 3.417)

Ministerio Público de la Nación

PROCURACIÓN GENERAL DE LA REPÚBLICA

10.369/16-VB

Petición N° 9.815/DF

Requirente: **CHEVRON CORPORATION**

Requerido: **MARIA AGUINDA SALAZAR Y OTROS**

JUEZ RELATOR: **Ministro Luis Felipe Salomão – TRIBUNAL ESPECIAL**

DICTAMEN

- Petición mediante la cual se solicita la revocación del beneficio de litigar sin gastos otorgado en los autos de la SEC N° 8.542/EC
- Los Requeridos no pudieron demostrar que el beneficio de litigar sin gastos fue otorgado realmente por la Justicia Ecuatoriana en el proceso en el cual se dictó la sentencia presentada en Brasil para su homologación. De esta forma, no se puede aplicar el artículo 5° de la Convención Interamericana sobre Eficacia Extraterritorial de las Sentencias y Laudos Arbitrales Extranjeros (promulgada en Brasil por el Decreto N° 2.411/1997), en virtud del cual *“El beneficio de pobreza reconocido en el Estado de origen de la sentencia será mantenido en el de su presentación”*. Además, el otorgamiento del beneficio de litigar sin gastos en los autos de la SEC N° 8.542/EC no se puede analizar bajo la óptica de la Ley N°1060/1950, vigente en la época en la cual se solicitó el beneficio ya que el artículo 2° de dicha norma limitaba el beneficio a extranjeros residentes en el país. Finalmente, aunque el beneficio de litigar sin gastos esté contemplado en la actualidad por la Ley N° 13105/2015 (Nuevo Código de Procedimiento Civil), el cual permite su otorgamiento a los extranjeros no residentes en Brasil, vale recordar que, por tratarse de un beneficio jurídico de naturaleza material, no se le puede aplicar la nueva legislación vigente, la cual solo se aplica inmediatamente a los procesos en trámite para las cuestiones de índole

DIANA F
Traductora
Mat. T° X: X
Traducto
Mat T° X F
Inscrip. r

AYDEE CALFA
Pública de Portugués
266 Capital Federal
Pública de Inglés
64 Capital Federal
P.C.B.A. N° 2709

procesal. Por lo tanto, independientemente del prisma bajo el cual se analice esta cuestión, se llega a la conclusión de que los antes Requeridos no podrían haber sido beneficiados con el beneficio de litigar sin gastos otorgado en los autos de la SEC N° 8.542/EC.....

- Dictamen sobre la aprobación del presente reclamo de revocación del beneficio de litigar sin gastos.

I.....

ESPECIE.....

1. Se trata de la petición presentada por **CHEVRON CORPORATION**, basada en el artículo 4°, párrafo 2° de la Ley N° 1060/1950 al Sr. Presidente de este Supremo Tribunal de Justicia, mediante la cual se impugna el otorgamiento y se requiere la revocación del beneficio de litigar sin gastos otorgado por la Sentencia Extranjera Impugnada [en adelante, "SEC"] N° 8.542/EC.
2. Como motivo de su petición, la Requirente alega que:
 - a) *"en su calidad de extranjeros no residentes en Brasil, los Impugnados no tienen derecho al beneficio de litigar sin gastos previsto en la Ley N°1060/50"* (fs. e-STJ 4);
 - b) *"En resumen, no existe razón alguna para otorgar a los Impugnados, con financiación por parte de diferentes fuentes, las que se encuentran en condiciones de soportar los costos de esta demanda, el beneficio de litigar sin gastos"* (fs. e-STJ 12);
 - c) *"La contratación de abogados privados de reconocida competencia, sumado al enorme volumen de recursos financieros que se utilizaron en la acción por parte de los interesados como participación en la condena astronómica contradice el discurso de miseria invocado por los Impugnados para obtener el beneficio de litigar sin gastos de la Ley N° 1060/50"* (fs. e-STJ 13/14);
 - d) *"Este ciclo de mentiras y demagogia, puesto de manifiesto por las sentencias de diversos tribunales estadounidenses y por un Tribunal Arbitral de La Haya, se cierra cuando se cotejan el relato de los hechos incluido en la demanda y los acontecimientos que ocurrieron en la Acción de Lago Agrio, cuyo resultado fue la sentencia objeto de dicho pedido de homologación, en el cual, se aclara desde ya, los Impugnados nunca solicitaron el beneficio de litigar sin gastos ya que tenían recursos*

DIAYDEE CALFA
Pública de Portugués
Fº 286 Capital Federal
ra Pública de Inglés
º 064 Capital Federal
>.T.P.C.B.A. Nº 2709

DIANA
Traducto
Mat. Tº XI
Traduc
Mat Tº X
Inscrip.

- suficientes para pagar los significativos gastos derivados de la Acción de Lago Agrio* (fs. e-STJ 14/15);
- e) *“Si en la acción originaria, los Impugnados no solicitaron el beneficio de litigar sin gastos que la ley local les garantizaba (por el contrario, soportaron los pesados costos del proceso), parece evidente que la pretensión de verse libre de los costos de este proceso se explica simplemente por el temor de enfrentar las consecuencias económicas naturales en el caso de que perdieran”* (fs. e-STJ 17);
- f) *“El ardid que se describe previamente queda evidenciado ante el monto de R\$100.000 (cien mil reales) que los Impugnados atribuyeron a la causa, aunque el beneficio económico pretendido con la homologación de la sentencia sea superior a los USD 18.000 millones de dólares (dieciocho mil millones de dólares)”* (fs. e-STJ 18).
3. En el ámbito del Superior Tribunal de Justicia, luego de que se analizaron las actuaciones y se elevaron al Excelentísimo Sr. Presidente del Tribunal, por intermedio del despacho de fs. e-STJ 893, Su Excelencia determinó la reasignación de los autos teniendo en cuenta que *“La acción principal que originó la presente impugnación del beneficio de litigar sin gastos, es decir, la SE N° 8.542-EC, fue asignada a la Ministra Nancy Andrighi, de conformidad con el art. 9°, párrafo 1°, de la Resolución N° 9 del Supremo Tribunal de Justicia”*.
4. Una vez reasignados los autos (fs. e-STJ 901), la Requirente postuló (fs. e-STJ 950/958) que se agregaran documentos nuevos (fs. e-STJ 959/1.317). Luego de que el expediente se pusiera a consideración de la Ministra Nancy Andrighi, se remitió para revisar su competencia ya que la Ministra había sido nombrada Corregidora Nacional de Justicia (fs. e-STJ 1.319). Con posterioridad, se remitieron los autos al Sr. Ministro de la Suprema Corte, Felix Fischer (fs. e-STJ 1.321) y, una vez más, la Requirente solicitó (fs. e-STJ 1.324/1.332) que se agregaran documentos nuevos (fs. e-STJ 1.331/1.910). Luego, el Juez Relator determinó la notificación de los *“impugnados para que, en el plazo de 10 (diez) días, se manifestaran sobre la presente acción”* (fs. e-STJ 1.913).
5. Por haber sido debidamente notificados, los Requeridos respondieron según consta a fs. e-STJ 1.920/1.931, con los documentos de fs. e-STJ 1.932/2.285, mediante los cuales alegan

HAYDEE C
ra Pública de Pc
X F° 296 Capita
lora Pública de
F° 064 Capital
C.T.P.C.B.A. N

que, aunque no sean nacionales ni extranjeros residentes en el país y, por lo tanto, no se encuadren en la Ley N°1060/1950, este hecho “no impide que se les otorgue el beneficio de litigar sin gastos” (fs. e-STJ 1.925), ya que, “de conformidad con los términos del art. 5° de la Convención Interamericana sobre Eficacia Extraterritorial de las Sentencias y Laudos Arbitrales Extranjeros, ratificada tanto por Brasil como por Ecuador, ‘el beneficio de litigar sin gastos reconocido en el Estado de origen de la sentencia se mantendrá en el de su presentación’” (fs. e-STJ 1.925). De esta forma, argumentan que “es falsa la afirmación de que los impugnados jamás solicitaron el beneficio de litigar sin gastos en el país de origen, y es igualmente falsa la afirmación de que dicho beneficio no fue otorgado por la justicia ecuatoriana” (fs. e-STJ 1.926/1.927), teniendo en cuenta “la Sentencia ecuatoriana del 15.10.12” (fs. e-STJ 1.926) proveniente del “pedido expreso formulado por los impugnados en el proceso de origen” (fs. e-STJ 1.926), en el cual la Autoridad juzgadora declaró que “en este proceso de ejecución no se exigió a los demandantes el pago de valores, tasas, fianzas ni ninguna otra garantía” (fs. e-STJ 1.926).....

6. Con los autos listos para resolver, el Sr. Ministro FELIX FISCHER determinó que se notificara a los “impugnados para que presenten, dentro del plazo legal, el original o la copia autenticada de la sentencia que otorgó el pedido de litigar sin gastos en el proceso de origen, el cual deberá estar acompañado de la intervención consular brasileña y traducción realizada por traductor público en Brasil” (fs. e-STJ 2.288).....
7. Ante la respuesta presentada por los Requeridos a fs. e-STJ 1.920/1.931, la Requirente presentó la demanda de fs. e-STJ 2.290/2.313 mediante la cual argumentó, en síntesis, que:
 - a) “en la demanda de la SEC N° 8.542/EC, los Impugnados solicitaron el beneficio de litigar sin gastos sobre la base solamente del artículo 3° de la Ley N° 1060/50, el que fue otorgado, sin audiencia de CHEVRON CORPORATION, sobre dicho e-STJ. En ese momento, los impugnados no se basaron, ni mencionaron siquiera, la Convención Interamericana sobre Eficacia Extraterritorial de las Sentencias y Laudos Arbitrales Extranjeros (en adelante la “Convención”) mencionada” (fs. e-STJ 2.296).

DIA
Tradu
Mat. T
Trac
Mat T
Inscr

ALFA
Portugués
Federal
Inglés
Federal
° 2709

- b) *“En respuesta al e-STJ de fs. 1.920/1.931, los Impugnados admitieron que ‘no se encuadran en los posibles beneficiarios de la Ley N° 1060/50 por no ser nacionales o extranjeros residentes en Brasil (e-STJ fs. 1.925)” (fs. e-STJ 2.296).*
- c) *“No obstante, los Impugnados pretenden que se mantenga el beneficio de litigar sin gastos en Brasil con fundamentos diferentes del que fue solicitado (sobre manifestaciones falsas) y otorgado. Los Impugnados alegan haber sido beneficiados para litigar sin gastos en Ecuador basándose en una sentencia de fecha 15.10.2012 (en adelante, ‘Sentencia Ecuatoriana de Embargo’) y que Brasil debería otorgar dicho beneficio en este país, de conformidad con el art. 5° de la Convención (fs. e-STJ 2.296/2.297). Sin embargo, dicho dispositivo no se puede aplicar a los Requeridos.....*
- d) *“Primero. La Sentencia Ecuatoriana de Embargo que, según los Impugnados, supuestamente habría otorgado el beneficio de litigar sin gastos en Ecuador fue dictada el 15.10.2012. La SEC N° 8.542/EC fue evaluada mucho antes, el 27.06.2012. Es decir, al solicitar el beneficio de litigar sin gastos en la SEC N° 8.542/EC, los Impugnados ni siquiera tenían cómo fundamentar su pedido en la Convención. Invocaron simplemente la Ley N° 1060/50 que, como lo admiten los propios Impugnados, no se les aplica” (fs. e-STJ 2.297).....*
- e) *“Segundo. La Sentencia Ecuatoriana de Embargo fue dictada en el procedimiento con el objetivo de ejecutar la Sentencia Ecuatoriana, siendo que para la Acción de Lago Agrio, los Impugnados tendrían que haber solicitado el beneficio de litigar sin gastos antes de presentar la demanda en el año 2003, lo que no ocurrió. Como resultado, la Sentencia Ecuatoriana de Embargo es irrelevante para determinar si los Impugnados se beneficiaron con dicho beneficio de litigar sin gastos en la Acción de Lago Agrio, en la cual se dictó la Sentencia ecuatoriana. Por ende, no es posible su importación, por equivalencia, al procedimiento de homologación en Brasil” (fs. e-STJ 2.297).....*
- f) *“Tercero. Los Impugnados no solicitaron ni fueron agraciados con el beneficio de litigar sin gastos en Ecuador, razón por la cual la Convención no determina que*

NA HAYDE
ctora Pública
XIX F° 296 C
luctora Pública
X F° 064 Capi
ip. C.T.P.C.B.A

Brasil extienda dicho beneficio a los Impugnados en la SEC N° 8.542. La propia Sentencia Ecuatoriana de Embargo contradice las declaraciones de los Impugnados y demuestra que ellos intentaron engañar al STJ al confundir el concepto de beneficio de litigar sin gastos con el hecho de que todos los actores en Ecuador tienen acceso a la justicia gratuita. Como se verifica en la traducción libre a fs. e-STJ 1.926, la Sentencia Ecuatoriana de Embargo prevé que 'La Constitución de 2008 afirma la gratuidad de la Justicia en Ecuador (art. 75)' (e-STJ fs. 1926). La Sentencia Ecuatoriana de Embargo también aclara que solo se aplicaría a los procedimientos para la ejecución de la sentencia de la Acción de Lago Agrio, y no para la propia Acción de Lago Agrio que la antecedió y dio como resultado la Sentencia ecuatoriana: 'en dicho proceso de ejecución no se exigió a los demandantes (Impugnados) el pago de un valor, tasa, fianza ni ninguna otra garantía'. Es decir, los Impugnados no tuvieron que abonar costas ni gastos para ejecutar la Sentencia ecuatoriana en Ecuador. Pero dicha circunstancia no guarda relación alguna con el otorgamiento o no del beneficio de litigar sin gastos en Ecuador y mucho menos con su pretendida aplicación por equivalencia en Brasil". (fs. e-STJ 2.297/2.298).

g) *"Cuarto. Independientemente de la historia que los Impugnados imaginan, existen pruebas irrefutables de que ellos pagaron las costas judiciales en los autos de la acción ecuatoriana, los cuales incluyen (i) la tasa de justicia por USD50; y (ii) honorarios de peritos de oficio por USD 420.488 (fs. e-STJ 1.308/1.317) como informó en el juicio el mismo Sr. Pablo Fajardo, abogado ecuatoriano de los Impugnados que suscribió el instrumento de mandato de e-STJ fs. 1.932/1.943 y 2.096/2.121" (fs. e-STJ 2.299).*

8. A fs. e-STJ 2.475/2.476, los Requeridos respondieron el despacho de fs. e-STJ 2.288 y solicitaron una prórroga del plazo para su cumplimiento, lo que fue otorgado mediante despacho de fs. e-STJ 2.480.
9. En ese ínterin, se certificó "que el 15 de mayo de 2015, en los autos de la Sentencia Extranjera Impugnada [Nota de la Traductora: en el original dice "constatada"] N°

E CALFA
le Portugués
pital Federal
de Inglés
tal Federal
.. N° 2709

DIANA
Traductor
Mat. 7° XI
Traduci
Mat T° X
Inscrip.

8.542 (acción principal), el Sr. Ministro Felix Fischer dictó el despacho, cuya copia se anexa, mediante el cual se recusa para actuar en dicho hecho, por lo cual se remitirá la causa al juez que sea competente” (fs. e-STJ 2.483). Por lo dicho, se remitieron los autos a la oficina del Juez Relator, Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO quien, a fs. e-STJ 2.490, determinó el cumplimiento del despacho de fs. e-STJ 2.480. No obstante ello, los Requeridos solicitaron un nuevo plazo adicional (fs. e-STJ 2.494), el que fue otorgado mediante despacho de fs. e-STJ 2.504).

10. Transcurrido el plazo adicional, los Requeridos solicitaron “*el otorgamiento de un último plazo adicional de treinta días para cumplir la sentencia de fs. 2.228 [rectius, 2.288]*” (Fs. e-STJ 2.509). Sin embargo, esta vez, la Requirente solicitó el “*pronto rechazo del pedido de los Impugnados de una tercera dilación del plazo, el cual ya totaliza 125 días, para presentar copia con intervención consular y traducida del documento que estuvo disponible para los Impugnados desde el 15.10.2012*”. (fs. e-STJ 2.513). Con los autos listos para proveer, el Ministro Relator, a fs. e-STJ 2.521, rechazó “*el pedido de fs. 2.508/2.509 y determinó que la mencionada documentación debía agregarse en 5 días*”, ya que “*habían transcurrido más de 60 días desde el último pedido de prórroga del plazo para presentar los documentos relacionados con el otorgamiento del beneficio de litigar sin gastos por más de 30 días*”. En cumplimiento de ello, los Requeridos protocolizaron cuatro peticiones idénticas (fs. e-STJ 2.525/2.526, 2.688/2.689, 2.851/2.852 y 3.014/3.015) mediante las cuales solicitaron el agregado de la misma documentación (fs. e-STJ 2.527/2.687, 2.690/2.850, 2.853/3.013 y 3.016/3.176) que instruye cada una de ellas.....
11. La Requirente se manifestó a fs. e-STJ 3.180/3.198 sobre los documentos presentados por los Requeridos y reiteró, básicamente, los argumentos que ya había presentado en su petición de fs. e-STJ 2.290/2.313 y aportó los documentos de fs. e-STJ 3.204/3.402.....
12. Con los autos listos para proveer, el Ministro Relator determinó que se corriera traslado al Ministerio Público de la Nación (fs. e-STJ 3.404).

II.

DICTAMEN.....

HAYDEE CA
ra Pública de Por
X F° 296 Capital
lora Pública de la
F° 064 Capital F
C.T.P.C.B.A. N°

13. Instado a manifestarse, e informado acerca de la cuestión planteada, el MINISTERIO PÚBLICO DE LA NACIÓN preliminarmente considera procedente la presente petición ya que se cumplen los presupuestos de constitución y desarrollo válido y regular del respectivo proceso.
14. Efectivamente, el beneficio de litigar sin gastos también quedó establecido en la Ley N° 13105/2015 (Nuevo Código de Procedimiento Civil) que, mediante revocación expresa de los artículos 2°, 3°, 4°, 6°, 7°, 11°, 12° y 17°, todos de la Ley N° 1060/1950 (art. 1072, III, del CPC/2015), trató el tema de manera casi exhaustiva en la Sección IV (“Gratuidad de la Justicia”, art. 98 a 102), del Capítulo II, del Título I, del Libro III, en su Parte general. En lo que atañe al presente proceso, Nelson Nery Junior y Rosa Maria de Andrade Nery enseñan que *“La redacción original del dispositivo sobre el beneficio de litigar sin gastos del Proyecto enviado por el Senado a la Cámara preveía que dicho beneficio integral sería un derecho de todos los que residen en Brasil, y no solamente de los brasileños (CF 5° LXXIV)”*¹. Sin embargo, los autores advierten que la redacción final de la primera parte del art. 98 del CPC/2015, *“no hace dicha distinción, y da a entender que todos los que tengan necesidad de ir a juicio en Brasil pueden recibir el beneficio de litigar sin gastos”*². Es decir, la Ley N° 13105/2015 pone fin a la limitación que existía antes en la primera parte del art. 2° de la Ley N° 1060/1950, la cual limitaba el beneficio de litigar sin gastos al extranjero residente en el país. Para mantener la armonía y la integridad del sistema, la norma del art. 26, II, del CPC/2015 dispone que *“La cooperación jurídica internacional se regirá por el tratado del que Brasil sea parte y cumplirá (...) con la igualdad de tratamiento entre nacionales y extranjeros residentes o no residentes en Brasil respecto del acceso a la justicia y a la tramitación de procesos, y les garantizará el beneficio de litigar sin gastos a los necesitados”* (sin subrayado ni cursiva en el original).....
15. No obstante ello, aun cuando la nueva legislación permita el otorgamiento del beneficio de litigar sin gastos a los extranjeros no residentes en Brasil, no podemos olvidar que dicho

¹ Nery Júnior, Nelson; Nery, Rosa Maria de Andrade. *Comentários ao Código de Processo Civil [Comentarios sobre el Código Procesal Civil]* / Nelson Nery Júnior, Rosa Maria de Andrade Nery. 2ª edición – San Pablo: Editora Revista dos Tribunais, 2015 – p. 472, art. 98, nota 6.

² *Ibidem*.

DIAN
Traduct
Mat. Tº >
Tradu.
Mat Tº >
Inscrip

ALFA
tugués
Federal
iglés
ederal
2709

beneficio “tiene naturaleza híbrida (carácter material-procesal)”³ pues, “aunque el otorgamiento del beneficio esté relacionado a un proceso judicial, se encuentra incluido en el concepto de asistencia jurídica integral y gratuita, derecho subjetivo establecido en el artículo 5º, inciso LXXIV, de la Constitución Nacional, con el objetivo de garantizar el acceso de los más desfavorecidos a la prestación de la efectiva tutela jurisdiccional”⁴. De esta manera, es innegable que “la controversia sobre el otorgamiento del beneficio de litigar sin gastos alcanza la esfera jurídico-material de la parte y no se trata de un instituto que se limita a la cuestión meramente instrumental o adjetiva”⁵. Por lo tanto, al tratarse de una norma que instituye un beneficio jurídico de naturaleza material, tal como lo es efectivamente el beneficio de litigar sin gastos, sin lugar a dudas no se puede aplicar al presente caso la nueva legislación vigente, la cual solo incide inmediatamente en los procesos en trámite para las cuestiones de naturaleza procesal. Vale decir que, en otras palabras, no se pueden aplicar al caso en cuestión las nuevas normas que rigen la gratuidad jurídica establecidas en la Ley N° 13105/2015, especialmente porque el pedido de otorgamiento del beneficio de litigar sin gastos fue formulado bajo la égida de la legislación anterior, previo al inicio de la vigencia del Nuevo Código de Procedimiento Civil.

16. Establecida la premisa de que la controversia debe decidirse según la legislación vigente en la época en que se solicitó el beneficio de litigar sin gastos, cumple señalar que es un caso irrefutable que los antes Requeridos, Requirientes en los autos de la SEC N° 8.542/EC, no son nacionales ni extranjeros residentes en el país, punto en el que concuerdan ambas partes. En consecuencia, el otorgamiento del beneficio de litigar sin gastos en dichos autos no puede analizarse bajo la óptica de la Ley N° 1060/1950 que limitaba el beneficio a los extranjeros residentes en el país, sino bajo el prisma de la Convención Interamericana sobre Eficacia Extraterritorial de las Sentencias y Laudos Arbitrales Extranjeros (promulgada en Brasil por el Decreto N°2411/1997), cuyo artículo 5º prevé que “El

³ Rcl 4909/MG, Ministro Rel. CASTRO MEIRA, PRIMERA SECCIÓN, juzgado el 22/06/2011, DJe del 30/06/2011.

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem.

A HAYDEE C/
ora Pública de Pot
IX F° 296 Capital
ora Pública de li
F° 064 Capital F
. C.T.P.C.B.A. N°

beneficio de pobreza reconocido en el Estado de origen de la sentencia será mantenido en el de su presentación". De este modo, para solucionar la controversia es necesario verificar si dicho beneficio fue realmente otorgado por la Justicia ecuatoriana en el proceso en el cual se dictó la sentencia presentada en Brasil para su homologación.....

17. En este sentido, los Requeridos defienden que *"la Sentencia ecuatoriana dictada el 15.10.12"*, (fs. e-STJ 1926) proveniente del *"expreso pedido formulado por los impugnados en el proceso de origen"* (fs. e-STJ 1.926) configura el acto de otorgamiento del beneficio, teniendo en cuenta la declaración de la Autoridad Juzgadora de que *"en este proceso de ejecución no se exigió a los demandantes el pago de valores, tasas, fianzas ni ninguna otra garantía"* (fs. e-STJ 1.926). No obstante ello, a pesar de los esfuerzos argumentativos de los Requeridos, algunos hechos apuntados por la Requirente se consideran irrefutables, y tal vez, exactamente por ello, no fueron negados por la parte contraria: i) *"la Sentencia Ecuatoriana de Embargo que, según los Impugnados, supuestamente habría otorgado el beneficio de litigar sin gastos en Ecuador, fue dictada el 15.10.2012"* (fs. e-STJ 2.297); sin embargo, *"la SEC N° 8.542/EC fue evaluada mucho antes, el 27.06.2012"* (fs. e-STJ 2.297), en la cual se llega a la conclusión de que *"al solicitar el beneficio de litigar sin gastos en la SEC N° 8.542/EC, los Impugnados ni siquiera tenían cómo fundamentarlo en la Convención"*(fs. e-STJ 2.297); ii) *"la Sentencia Ecuatoriana de Embargo fue dictada en el procedimiento con el objetivo de ejecutar la Sentencia ecuatoriana, siendo que para la Acción de Lago Agrio, los Impugnados deberían haber solicitado el beneficio de litigar sin gastos antes de presentar la demanda de 2003, lo que no se hizo"*. (fs. e-STJ 2.297), razón por la cual *"la Sentencia Ecuatoriana de Embargo es irrelevante para determinar si los Impugnados recibieron el beneficio de litigar sin gastos en la Acción de Lago Agrio, en la cual se dictó la Sentencia ecuatoriana [homologada]"*. (fs. e-STJ 2.297); iii) *"la Sentencia Ecuatoriana de Embargo prevé que 'la Constitución de 2008 afirma la gratuidad de la justicia en Ecuador (art. 75)' (e-STJ fs. 1.926)"* (fs. e-STJ 2.298), pero la sentencia *"también aclara que eso solo se aplicaría a los procedimientos para ejecución de la sentencia de la Acción de Lago Agrio, y no para la propia Acción de Lago Agrio que la antecedió y dio como resultado la Sentencia*

ALFA
tugués
Federal
nglés
ederal
2709

DIAN,
Traduct
Mat. T° X
Traduc
Mat T° X
Inscrip

ecuatoriana: ‘en dicho proceso de ejecución no se exigió a los demandantes (Impugnados) el pago de un valor, tasa, fianza ni ninguna otra garantía’ (fs. e-STJ 2.298); sin embargo, *“dicha circunstancia no guarda relación alguna con el otorgamiento o no del beneficio de litigar sin gastos en Ecuador y mucho menos con su pretendida aplicación por equivalencia en Brasil”*. (fs. e-STJ 2.298); iv) los antes Requeridos, *“pagaron las costas judiciales en los autos de la acción ecuatoriana, los cuales incluyen (i) la tasa de justicia por USD50; y (ii) honorarios de peritos de oficio por USD 420.488 (fs. e-STJ 1.308/1.317) como informó en el juicio el mismo Sr. Pablo Fajardo, abogado ecuatoriano de los Impugnados que suscribió el instrumento de mandato de e-STJ fs. 1.932/1.943 y 2.096/2.121”* (fs. e-STJ 2.299).

18. Como se desprende de lo anterior, los Requeridos no pudieron comprobar que el beneficio de litigar sin gastos fue realmente otorgado por la justicia ecuatoriana en el proceso en que se dictó la sentencia presentada en Brasil para su homologación. Por ello, no se les puede aplicar el art. 5° de la Convención Interamericana sobre Eficacia Extraterritorial de las Sentencias y Laudos Arbitrales Extranjeros (promulgada en Brasil por el Decreto N° 2411/1997) según el cual *“El beneficio de pobreza reconocido en el Estado de origen de la sentencia será mantenido en el de su presentación”*. Además, como ya vimos, el otorgamiento del beneficio de litigar sin gastos en los autos de la SEC N° 8.542/EC no se puede analizar bajo la óptica de la Ley N° 1060/1950 vigente en la época en que se solicitó el beneficio, ya que el art. 2° limitaba el beneficio a los extranjeros residentes en el país. Finalmente, aunque el beneficio de litigar sin gastos esté establecido en la actualidad en la Ley N° 13105/2015 (Nuevo Código Procesal Civil) que permite el otorgamiento de dicho beneficio a los extranjeros no residentes en Brasil, no podemos olvidar que, al tratarse de una cuestión de naturaleza material, no se puede aplicar la nueva legislación vigente, la cual solo incide inmediatamente en los procesos en trámite para las cuestiones de naturaleza procesal. Por lo expuesto, bajo cualquier prisma que se lo analice, se infiere que los antes Requeridos no podrían haber sido agraciados con el beneficio de litigar sin gastos otorgado en los autos de la SEC N° 8.542/EC.....

A HAYDEE CA
ra Pública de Por
IX F° 296 Capital
ra Pública de Ir
F° 064 Capital F
C.T.P.C.B.A. N°

19. Por todo lo expuesto, y a la luz de la doctrina jurídica y del precedente transcripto, el MINISTERIO PÚBLICO DE LA NACIÓN determina de manera fehaciente que se haga lugar al presente pedido de revocación del beneficio de litigar sin gastos.....

Es mi opinión, salvo mejor parecer

Brasilia, a los 5 días de octubre de 2016.

MAURICIO VIEIRA BRACKS

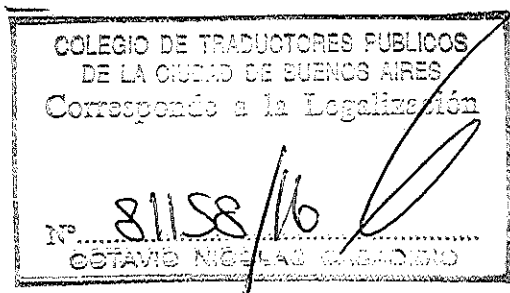
Subprocurador General de la República.....

DICTAMEN N° 10.369-16-VB.odt

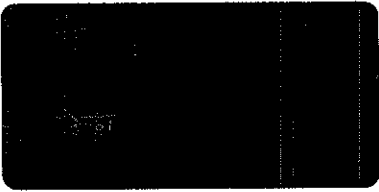
[En el margen izquierdo dice: Petición electrónica agregada a los autos el día 05/10/2016, a las 17:14:30 por el usuario GUSTAVO TARGA BORGES

[En el margen derecho dice: Documento firmado digitalmente, mediante token, por MAURICIO VIEIRA BRACKS, el día 05/10/2016, a las 16:29. Para verificar la firma, ingrese en <http://www.transparencia.mpf.mp.br/atuacao-funcional/consulta-judicial-e-extrajudicial>, e informe el número de código CAF81143.ED445A06.615E460C.4F37723B.....

Es traducción fiel al español del documento adjunto redactado en portugués que tengo a la vista. Esta traducción consta de doce (12) páginas. En Buenos Aires, a los veinticuatro días de octubre de 2016.....



Offstage
DIANA HAYDEE CALFA
Traductora Pública de Portugués
Mat. 7° XIX F° 296 Capital Federal
Traductora Pública de Inglés
Mat T° X F° 064 Capital Federal
Inscrip. C.T.P.C.B.A. N° 2709



ALFA
tugués
Federal
igiés
ederal
2709





COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES

República Argentina
Ley 20305

LEGALIZACIÓN

Por la presente, el COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, en virtud de la facultad que le confiere el artículo 10 inc. d) de la ley 20305, certifica únicamente que la firma y el sello que aparecen en la traducción adjunta concuerdan con los correspondientes al/a Traductor/a Público/a CALFA, DIANA HAYDÉE

que obran en los registros de esta institución, en el folio 296 del Tomo 19 en el idioma PORTUGUÉS

Legalización número: **81158**

Buenos Aires, 25/10/2016



MARCELO F. SIGALOFF
Gerente de Legalizaciones
Colegio de Traductores Públicos
de la Ciudad de Buenos Aires

ESTA LEGALIZACIÓN NO SE CONSIDERARÁ VÁLIDA SIN EL CORRESPONDIENTE
TIMBRADO DE CONTROL EN LA ÚLTIMA HOJA DE LA TRADUCCIÓN ADJUNTA

Control interno: 30960481158



By virtue of the authority vested in the COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES (Buenos Aires Sworn Translators Association) by Argentine law No. 20 305 section 10(d), I hereby CERTIFY that the seal and signature affixed on the attached translation are consistent with the seal and signature on file in our records.

The Colegio de Traductores Públicos de la Ciudad de Buenos Aires only certifies that the signature and seal on the translation are genuine; it will not attest to the contents of the document.

THIS CERTIFICATION WILL BE VALID ONLY IF IT BEARS THE PERTINENT CHECK STAMP ON THE LAST PAGE OF THE ATTACHED TRANSLATION.

Vu par le COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES (Ordre des Traducteurs Officiels de la ville de Buenos Aires), en vertu des attributions qui lui ont été accordées par l'article 10, alinéa d) de la Loi n° 20.305, pour la seule légalisation matérielle de la signature et du sceau du Traductor Público (Traducteur Officiel) apposés sur la traduction du document ci-joint, qui sont conformes à ceux déposés aux archives de cette Institution.

LE TIMBRE APPOSÉ SUR LA DERNIÈRE PAGE DE LA TRADUCTION FERA PREUVE DE LA VALIDITÉ DE LA LÉGALISATION.

Il COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES (Ordine dei Traduttori abilitati della Città di Buenos Aires) CERTIFICA ai sensi dell'articolo 10, lettera d) della legge 20.305 che la firma e il timbro apposti sulla qui unita traduzione sono conformi alla firma e al timbro del Traduttore abilitato depositati presso questo Ente. Non certifica il contenuto della traduzione sulla quale la certificazione è apposta.

LA VALIDITÀ DELLA PRESENTE CERTIFICAZIONE È SUBORDINATA ALL'APPOSIZIONE DEL TIMBRO DI CONTROLLO DEL CTPCBA SULL'ULTIMA PAGINA DELL'ALLEGATA TRADUZIONE.

Por meio desta legalização, o COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES (Colégio dos Tradutores Públicos da Cidade de Buenos Aires), no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 10, alínea "d", da Lei 20.305, somente reconhece a assinatura e o carimbo do Tradutor Público que subscreve a tradução em anexo por semelhança com a assinatura e o carimbo arquivados nos registros desta instituição.

A PRESENTE LEGALIZAÇÃO SÓ TERÁ VALIDADE COM A CORRESPONDENTE CHANCELA MECÂNICA APOSTA NA ÚLTIMA FOLHA DA TRADUÇÃO.

COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES (Kammer der vereidigten Übersetzer der Stadt Buenos Aires). Kraft der Befugnisse, die ihr nach Art. 10 Abs. d) von Gesetz 20.305 zustehen, bescheinigt die Kammer hiermit lediglich die Übereinstimmung der Unterschrift und des Siegelabdruckes auf der beigefügten Übersetzung mit der entsprechenden Unterschrift und dem Siegelabdruck des vereidigten Übersetzers (Traductor Público) in unseren Registern.

DIE VORLIEGENDE ÜBERSETZUNG IST OHNE DEN ENTSPRECHENDEN GEBÜHRENSTEMPEL AUF DEM LETZTEN BLATT DER BEIGEFÜGTEN ÜBERSETZUNG NICHT GÜLTIG.